

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 04/2021

PROCESSO LICITATÓRIO: 1.23.000.000985/2021-56

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em serviços de natureza continuada com mão de obra exclusiva de: Limpeza e Conservação, Auxiliar Administrativo I, Auxiliar Administrativo II (faturista), Recepcionista, Mensageiro(a), Copeiragem, Operador(a) de Fotocopiadora e Garçom, que compreenderá o fornecimento de mão de obra, uniformes, EPIs, e demais equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas dependências do Ministério Público Federal no Estado do Pará, no âmbito das sedes provisória e definitiva da Procuradoria da República no Estado do Pará - PR/PA em Belém/PA, conforme especificações constantes no termo de referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – UASG: 200075.

DOS ATOS: FASE RECURSAL e CONTRARRAZÕES. DECISÃO DO PREGOEIRO/PRPA

Trata-se de julgamento pelo Pregoeiro/PRPA, após análise de recursos interpostos, tempestivamente, pelas empresas PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI- ME, CNPJ: 11.505.498/0001-60 e E. R. P. DE OLIVEIRA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, CNPJ: 10.927.661/0001-10, contra decisão proferida no Pregão Eletrônico SRP nº 04/2021., e as contrarrazões apresentadas pela empresa SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 11.056.054/0001-95, culminando, após percuciente análise, pelo indeferimento dos recursos administrativos interpostos, em face das contrarrazões apresentadas, tempestivamente, pela empresa SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, e pela manutenção da decisão que inabilitou a empresa PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI- ME e habilitou a empresa SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, tendo o Sr. Pregoeiro/PRPA submetido sua decisão final, por força legal e regimental, à superior apreciação da autoridade superior.

DECISÃO AUTORIDADE SUPERIOR

Da análise dos atos administrativos decorrentes do certame, não se vislumbrou qualquer ofensa à legalidade no ato administrativo que inabilitou a empresa PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI – por não comprovar os requisitos de capacidade técnica, conforme exigido no subitem 9.11.1.1.1. do Edital, e habilitou a empresa SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, CNPJ: 11.056.054/0001-95, segunda colocada no certame, por atender a todos os requisitos do Edital.

RECURSO 01

O recurso interposto pela empresa PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI- ME ateve-se, em síntese, aos seguintes argumentos:

a) *“Ocorre que a RECORRIDA veio a ser inabilitada no lote sob argumento de que a empresa apresentou os atestados de capacidade técnica incompatíveis, não constando comprovação de serviços prestados referente a, no mínimo, 21 postos de trabalho, por período não inferior a 2,5 anos, conforme item 9.11.1.1.1 do edital”.*

b) *“Observando à luz da lei, verifica-se que a empresa PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI-ME cumpre perfeitamente os requisitos para a habilitação no certame, tendo em vista que foi apresentado Atestado de Capacidade Técnica compatível com o objeto de contratação. Outra questão a ser destacada é que se refere à pertinência e à compatibilidade com objeto. A exigência dos atestados com relação ao objeto deverá ser feita de forma genérica e não específica, possuindo as mesmas características, dimensões e parcelas de relevância do objeto licitado”.*

c) A Recorrente prossegue: *“O princípio da competitividade tem por objetivo alcançar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, que é uma das finalidades da licitação. Portanto, não é permitida a adoção de medidas que comprometam o caráter competitivo do certame. Tendo em vista que o objetivo é não inabilitar ou desclassificar uma empresa capaz. Nesse sentido, é preciso evitar os formalismos excessivos e injustificados a fim de impedir a ocorrência de danos ao erário e valorizar a economicidade e vantajosidade da proposta. Desclassificar o RECORRENTE por esses motivos, incorre em excesso de preciosismo, prática vedada pelo TCU; logo pelo poder de autotutela pode suprir a alegação sob argumento da melhor proposta para administração, a vantajosidade”.*

Nesses termos a empresa recorrente pretende: *“que seja ANULADO ato eivado de ilegalidade a desclassificação da empresa PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI- ME por contrariar diversos princípio norteadores dos procedimentos licitatório sendo o mais grave o da competitividade e autotutela, permitindo ao RECORRENTE participar das demais etapas deste procedimento licitatório.*

Em sendo negado, deverá o presente recurso sofrer a duplo grau de julgamento diretamente a autoridade hierarquicamente superior, assim como ciência aos órgãos de controle como TCE e Ministério Público local para apuração dos fatos aqui trazidos e risco de dano grave a princípio da supremacia do interesse público”.

CONTRARRAZÕES 01

Em contrarrazões ao recurso da empresa PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI- ME, a empresa SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS contra-argumentou que:

- a) *“A RECORRIDA, titular da proposta mais vantajosa, foi devida e corretamente habilitada no certame licitatório. Mesmo assim, houve a interposição de recurso pela licitante PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI-ME, como evidente tentativa desesperada e protelatória, já que a Recorrente não atendeu aos requisitos de habilitação técnica exigidos no Edital. Entretanto, o recurso é falacioso, não se sustenta juridicamente, fundamenta-se em dispositivos isolados, sem considerar as disposições exigidas no Edital e seus anexos, jurídicas e razoáveis que confirmam o acerto na classificação da RECORRIDA, como demonstraremos nestas contrarrazões”.*
- b) *“Assim sendo, conforme a farta demonstração acima delineada, torna-se imperiosa a desclassificação da empresa PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI-ME no presente certame, face a não comprovação de das exigências técnicas estabelecidas no item 9.11, do Edital, conforme preceitua os princípios constitucionais da isonomia, legalidade, igualdade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, dispostos no art. 3º da Lei 8.666/93”.*

Requerendo, ao final, a empresa SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS: *“Ante todo o exposto requer que seja completamente indeferido o recurso proposto em função da inaplicabilidade de suas parcas alegações, bem como sejam aceitas as argumentações aqui demonstradas para que seja mantida a decisão que aceitou e habilitou a SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA no certame, dando prosseguimento as demais fases do processo licitatório”.*

ANÁLISE 01

Em sua percuente análise às alegações do recurso interposto pela empresa PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI- ME e às contrarrazões apresentadas pela empresa SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, o Sr. Pregoeiro/PRPA observou que não procedem as alegações feitas pela Recorrente conquanto a empresa não restou provado o fato da empresa ter administrado, no mínimo, 21 (vinte e um) postos de serviços, pelo não atendimento dos requisitos técnicos solicitados (atestado de capacidade técnica) exigidos e o não cumprimento das regras editalícias, motivando, assim, sua inabilitação, conforme fartamente exposto pelo Pregoeiro em sua decisão.

Depreende-se, por fim, um grande esforço na via recursal por parte da empresa Recorrente fundado em frágeis razões, incapazes de frustrar o caráter competitivo do certame e a sua lisura, o qual está revestido de todas as formalidades legais e ancorado nos princípios norteadores da administração pública.

Razões pelas quais, com amparo na Portaria PR/PA/Nº 46/2014, de 26/02/2014, c/c o Art. 1º da Portaria/PR/PA/GAB/PC/Nº 151/2015, 28/05/2015, ratifico o inteiro teor da decisão de julgamento de recurso proferida pelo Pregoeiro/PR/PA,

Sr. Carlos Ricardo Moura dos Santos, datada de 10 de novembro de 2021, ou seja, preservando-a irretocável em suas razões, a qual indeferiu o recurso administrativo apresentado pela empresa PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI- ME, ao examinar os argumentos constantes nas contrarrazões apresentadas pela empresa SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, e amparar a sua decisão nos reiterados acórdãos do TCU, jurisprudência do STJ, prosperando, ao final, o posicionamento inicial pela manutenção da aceitação e habilitação da empresa SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS.

RECURSO 02

No mesmo certame licitatório, Pregão Eletrônico SRP/Nº 04/2021, foi interposto recurso pela empresa E. R. P. DE OLIVEIRA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA contra decisão que inabilitou a empresa PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI- ME e habilitou a empresa SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS.

Visto e analisado, a recorrente argumenta, em síntese que:

a) *“A empresa, ora recorrente, participou do certame licitatório Pregão Eletrônico Nº 4/2021, tem o presente o intuito de interpor Recurso Administrativo, contra a decisão do Pregoeiro que habilitou a empresa Saram Serviços Especializados LTDA, em total contrariedade à legislação vigente e aos princípios da licitação, e portanto imperiosa é sua habilitação, por não preencher os requisitos do processo licitatório constante no Instrumento Convocatório, o que influi diretamente na isonomia entre os licitantes, pelo que passa a discorrer”.*

b) A empresa citou os módulos 3 e 4 afirmando desconformidade na planilha de custos e formação de preços da empresa recorrida.

c) E prossegue: *“Ao observarmos os percentuais demonstrados parece que há uma pequena diferença insignificante, todavia quando se preenche a Planilha de Custos na sua totalidade percebemos o quanto os números demonstram algo que até então poderíamos imaginar no que concerne ao valor final da Proposta Comercial da licitante. Ao corrigirmos a Planilha de Custos e Formação de Preços da empresa Saram Serviços Especializados LTDA, através da técnica de espelhamento e Planilhas chegamos ao valor final da Proposta Comercial R\$ 1.890.566,37 colacionada abaixo.”*

d) *“Diante das evidências demonstradas verifica-se que a empresa em comento não consegue fechar os valores finais do seu último valor apresentado de R\$1.704.048,84. Assim sendo a Planilha de Custos e Formação de preços da empresa Saram não deve ser aceita e habilitada. Vale destacar também que suas margens de Custos Indiretos e Margem de Lucro são respectivamente de 0,50%. O valor da diferença a ser retirado da Planilha corresponde a R\$186.517,53 (Cento e oitenta e seis mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta e três centavos)”.*

e) *“Destaca-se ainda que a empresa Saram deixou de apresentar junto a sua documentação de habilitação a Declaração de Contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração pública. Descumprindo desta forma a exigência contida no Instrumento Convocatório (Edital) no item 9.10.5 e subitens, vejamos (...).”*

Ao final, a empresa Recorrente formula os seguintes pedidos:

- “1) Receba e acolha as Razões do Recurso Administrativo, para declarar DESCLASSIFICADA e INABILITADA A PROPOSTA COMERCIAL DA EMPRESA SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, conforme preceituam os Artigos 44 e 48, da Lei 8.666/93;*
- 2) Que seja convocada a próxima empresa licitante para apresentação de Proposta Comercial e Planilhas de Custos e Formação de Preços para análise e emissão de Parecer Técnico sobre a análise realizada;*
- 3) Requer ainda que, caso não seja reconsiderada a decisão ora recorrida, sejam enviadas as presentes razões, à apreciação da autoridade hierarquicamente superior, para os fins de direito, conforme prevê o parágrafo 4º do art. 109da Lei Federal N.º 8.666/93, como também poderemos fazer uso da prerrogativa constante no parágrafo 1º do art. 113 da supracitada Lei.’.*

CONTRARRAZÕES 02

Em contrarrazões ao recurso interposto pela empresa *E.R.P DE OLIVEIRA COMERCIO DE INFORMATICA E SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA*, a empresa *SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS* contra-argumentou que:

- a) “A RECORRIDA, titular da proposta mais vantajosa, foi devida e corretamente habilitada no certame licitatório. Mesmo assim, houve a interposição de recurso pela licitante E.R.P DE OLIVEIRA COMERCIO DE INFORMATICA E SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, como evidente tentativa desesperada de contratação, a despeito de não oferecer a melhor oferta. Entretanto, o recurso é falacioso, não se sustenta juridicamente, fundamenta-se em dispositivos isolados e não considera as demais disposições editalícias, jurídicas e razoáveis que confirmam o acerto na classificação da RECORRIDA, como demonstraremos nestas contrarrazões.”*
- b) A Recorrida apresentou vários pontos do Referencial de Custos da AUDINMPU, explicando que não houve erros no preenchimento da planilha.*
- c) “A recorrente levanta tal suposição numa tentativa desesperada de desclassificar a Recorrida, protelando o certame licitatório, já que ao analisar a planilha de custos apresentada fica evidente que não houve qualquer erro, contudo, ainda que a Recorrida tivesse cometido algum equívoco na cotação de sua proposta, esta seria responsável pelo ônus decorrente dele, conforme estabelece o item 6.5.1 do Edital”.*

d) “Dessa forma, fica evidenciado que a Planilha de Custos apresentada pela Recorrida está em completo acordo com o Edital e com as Instruções Normativas, contudo, ainda que houvesse erro, este não seria capaz de ensejar da empresa Saram Serviços Especializados, conforme dispõem os itens 8.7 e 8.14 e do Edital, logo, não havendo qualquer margem para o pedido da Recorrente”.

e) “Primeiramente, incube-nos salientar que o recurso interposto possui caráter nitidamente protelatório, tendo em vista que não contém qualquer embasamento, apenas transparece uma tentativa frustrada da recorrente em ver sua proposta ser aceita, ainda que não possua a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.(...). E Prossegue, “Alega a Recorrente que a Recorrida supostamente apresentou proposta comercial conforme planilha de custo e formação de preço com erros, demonstrando total falta desconhecimento do Instrumento Convocatório, com alegações fantasiosas por não estar ciente das regras do processo, não ter apresentado a melhor proposta para administração, e aparentemente desconhecer as legislações vigências referentes a contratações públicas, no tocante ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Primeiramente, é imprescindível ressaltar que NÃO HÁ QUALQUER ERRO no preenchimento da Planilha, ao contrário, a mesma foi elaborada rigorosamente nos termos do Edital. A recorrente apenas levanta tal suposição numa tentativa desesperada de desclassificar a Recorrida. Contudo, ainda que houvesse algum erro, o Edital é taxativo ao dispor no item 8.14 que erros na planilha não ensejam desclassificação, pois a mesma poderá ser ajustada, desde que não haja a majoração da proposta, vejamos: 8.14 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço. Logo, é fato que não existe erro na Planilha de Custo elaborada pela Recorrida, no entanto, ainda que houvesse, isto não geraria a desclassificação da Empresa, haja vista que a planilha pode sofrer ajustes, desde que não majore a proposta.”

f) “Na verdade, a Recorrente tenta, sem êxito, demonstrar que a proposta apresentada pela Recorrida, frisa-se, amais vantajosa para a Administração Pública, esta supostamente equivocada em virtude de erro no preenchimento da planilha, contudo, a falha com maestria, fica evidente a tentativa desesperada de ver a sua proposta ser aceita, ao passo de apontar equívocos que claramente não existem.”

g) “Alega a Recorrente que a Recorrida supostamente deixou de apresentar a declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública, o que violaria o item 9.10.5.3 do Edital. Ocorre que tal alegação não merece prosperar uma vez que a Recorrida apresentou a referida declaração, veja senhor pregoeiro, o desespero da Recorrente é tamanho que a mesma encontra-se apresentando narrativa completamente fantasiosa e sequer se atentou para a documentação apresentada pela Saram Serviços Especializados, haja vista que consta a declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública, juntamente com a documentação referente a qualificação econômico financeira, na qual é exigida. Assim como consta a

comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação na página 5 (cinco) do Balanço Patrimonial da Recorrida, devidamente apresentado para fins de habilitação. Tendo isso em vista, requer a total improcedência das razões recursais eis que somente refletem o total desespero da Recorrente em ver sua proposta ser aceita ainda que não seja a mais vantajosa para a Administração Pública.”

h) “Assim sendo, restou claro que a proposta e as documentações habilitatórias apresentadas pela Recorrida estão em pleno acordo com os estritos termos determinados no Edital, conforme a farta demonstração acima delineada, sendo a aceitação e habilitação da Recorrida corretamente realizada pelo senhor pregoeiro, conforme preceitua os princípios constitucionais dispostos no art. 3º da Lei 8.666/93, do qual destacamos os princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório e o Julgamento Objetivo do objeto licitado.”...“Ante todo o exposto requer que seja completamente indeferido o recurso proposto em função da inaplicabilidade de suas parcas alegações, bem como sejam aceitas as argumentações aqui demonstradas para que seja mantida a decisão que aceitou e habilitou SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA no certame, dando prosseguimento as demais fases do processo licitatório”.

ANÁLISE 02

Em sua percuente análise às alegações do recurso interposto pela empresa *E.R.P DE OLIVEIRA COMERCIO DE INFORMATICA E SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA* e às contrarrazões apresentadas pela empresa *SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS*, o Sr. Pregoeiro/PRPA observou em sede preliminar que: o recurso apresentado pela Recorrente aborda praticamente somente questões relacionadas à elaboração da planilha de custo, fato este bastante sedimentado nos julgados do Tribunal de Contas da União ao recomendar cautelas aos Pregoeiros, quando da análise de tais documentos, evitando assim desclassificação de licitantes por meros erros ou omissões nas planilhas de custo, visto que o fim a ser precipuamente perseguido nos certames licitatórios deve ser a proposta mais vantajosa para a Administração. É foi exatamente o que se sucedeu no presente certame licitatório. O Sr. Pregoeiro foi extremamente cauteloso ao analisar os documentos apresentados pelas empresas concorrentes, o que levou a inabilitação da empresa *PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI- ME*, não merecendo qualquer retoque a sua decisão.

No Mérito, também, o Sr. Pregoeiro/PRPA entendeu, baseado em inúmeros acórdãos do TCU, que a empresa Recorrida não incorreu em erros na elaboração de sua planilha de custos, não procedendo, portanto, as alegações feitas pela Recorrente.

Novamente, depreende-se outro grande esforço, via recursal, por parte, também, da empresa *E.R.P DE OLIVEIRA COMERCIO DE INFORMATICA E SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA*, fundado em frágeis razões, incapazes de frustrar o caráter competitivo do certame e a sua lisura, o qual está revestido de todas as formalidades legais e ancorado nos princípios norteadores da administração pública.

Razões pelas quais, com amparo na Portaria PR/PA/Nº 46/2014, de 26/02/2014, c/c o Art. 1º da Portaria/PR/PA/GAB/PC/Nº 151/2015, 28/05/2015, ratifico o inteiro teor da decisão de julgamento de recurso proferida pelo Pregoeiro/PR/PA, Sr. Carlos Ricardo Moura dos Santos, datada de 19 de novembro de 2021, ou seja, preservando-a irretocável em suas razões, a qual indeferiu o recurso administrativo apresentado pela empresa *E.R.P DE OLIVEIRA COMERCIO DE INFORMATICA E SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA*, ao examinar os argumentos constantes nas contrarrazões apresentadas pela empresa SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, e amparar a sua decisão nos reiterados acórdãos do TCU, prosperando, ao final, o posicionamento inicial pela manutenção da aceitação e habilitação da empresa SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS.

DECISÃO

Por todo exposto, com amparo na Portaria PR/PA/Nº 46/2014, de 26/02/2014, c/c o Art. 1º da Portaria/PR/PA/GAB/PC/Nº 151/2015, 28/05/2015, ratifico o inteiro teor da decisão de julgamento de recursos proferida pelo Pregoeiro/PR/PA, Sr. Carlos Ricardo Moura dos Santos, datada de 19 de novembro de 2021, ou seja, preservando-a irretocável em suas razões, a qual indeferiu os recursos administrativos apresentado pelas empresas PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI- ME e *E.R.P DE OLIVEIRA COMERCIO DE INFORMATICA E SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA*, ao examinar os argumentos constantes nas contrarrazões apresentadas pela empresa SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, e amparar a sua decisão nos reiterados acórdãos do TCU, prosperando, ao final, o posicionamento inicial pela manutenção da aceitação e habilitação da empresa SARAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS.

Belém, 22 de novembro de 2021.

RAIMUNDO HÉLIO NASCIMENTO FILHO
Secretário Estadual/PR/PA